

PEREGRINAÇÕES DE UMA TRADIÇÃO OCULTA: O PÁRIA COMO CRÍTICA DA MODERNIDADE¹

*Deni Ireneu Alfaro RUBBO**

Um espectro ronda o mundo moderno: a figura do pária. Destinada à vida anônima, essa tradição oculta, como invocava Hannah Arendt, herética, dissidente, fora do lugar das promessas da modernidade universalista, situa-se, na verdade, nos claustros, nos subterrâneos, nos porões da história e da memória social. Pois bem: o livro *A escória do mundo – figuras do pária*, de Eleni Varikas, professora de Teoria Política na Universidade Paris-VIII e membro do *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA/CNRS), constitui um vasto trabalho de reconstrução e reflexão crítica acerca dessas figuras humilhadas e ofendidas dispersas por toda odisseia da história da modernidade. Trata-se de uma pesquisa de fôlego cuja tentativa é destrinchar os condicionantes sociais, políticos, culturais, simbólicos e linguísticos dos párias, que nomeiam as mais diferentes relações de opressão, desigualdade e exclusão de indivíduos ou grupos pelos quais foram submetidos, ou melhor, banidos pela humanidade.

O livro é dividido em quatro capítulos-ensaios que mereceriam cada qual um ensaio à parte, como se cada capítulo fosse costurado pacientemente com um cuidado artesanal, palavra por palavra, frase por frase, sob um caldeirão impaciente de ideias fervilhantes. Ademais, esse ensaio é um trabalho que do ponto de vista teórico passa longe dos sistemas fechados e das ideologias petrificadas, como se pode perceber na multiplicidade de referências trabalhadas pela autora: Flora Tristan, Hannah Arendt, Max Weber, Friedrich Nietzsche, mas também, Franz Fanon, William Blake, Walter Benjamin, Friedrich Hegel, Bernard Lazare, W. E. B. Du Bois, Phillis Wheatley e

* Doutorando em Sociologia. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – deni_out27@uol.com.br

¹ Resenha da obra: VARIKAS, E. **A escória do mundo: figuras do pária**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014. 180p.

outros tantos autores. E se em um primeiro momento o leitor ficar surpreso com essa diversidade, aparentemente eclética, o discurso se tece numa bela coerência. Desse modo, é um convite para uma instigante aventura intelectual e inconclusa.

O primeiro capítulo é o mais extenso. A autora procura traçar uma genealogia do termo, apresentando suas mutações e contradições ao longo da história. Extraída originalmente da hierarquia das castas da história da Índia do século XVI, a palavra pária e a realidade que ela designa começa a ganhar significado e sentido negativo através das viagens ultramarinas de militares, funcionários imperiais, missionários e eruditos europeus que criam um discurso sobre os povos não europeus. Esse é “[...] um discurso sobre si mesmo, que ao mesmo tempo hierarquiza, delimita e torna inteligível uns nós europeus ao distinguir/opô-lo aos outros [...]” (VARIKAS, 2014, p.14). Dois séculos depois, a palavra ganha inteligibilidade política inteiramente europeia no espaço literário e político no fim do século XVIII. A autora apresenta e analisa as diversas histórias e lendas que circularam na cultura política do Velho Continente, especialmente na literatura (o conto *A choupana indiana*, de Bernadin de Saint-Pierre; as duas novelas, *Ourika*, de Claire de Duras e *Tschandala*, de August Strindberg), no teatro (*Le Paria*, de Casimir Delavigne; *Der Paria*, de Michael Beer) e na poesia (*Mary*, de William Blake). Dependendo do encadeamento e do conteúdo das histórias apresentadas, a autora caracteriza a figura do pária em diversas constelações que podem adquirir uma feição político-social (da alteridade que designa os procedimentos da exclusão do outro) e/ou romântica (de identidade individual como representação do sujeito revoltado que denuncia as pulsões mais autênticas do indivíduo).

Em grande medida, os adjetivos que rondam a figura do pária exprimem sua condição na vida social moderna: desterrado, indesejado, abjeto, exilado, proscrito, impuro, fétido, vil, detestado, opróbrio, degredado, vergonhoso, fugitivo, infame. Seu espectro não está circunscrito apenas na esfera literária e poética, mas também nas práticas políticas e sociais, nas percepções subjetivas dos indivíduos, nos sistemas simbólicos de reprodução, nas linguagens eruditas ou populares, nas doutrinas científicas etc. Evidentemente, todo cuidado é pouco com um termo cuja característica heurística mais notória é o caráter polissêmico, polimórfico, figurativo e profundamente metafórico.

O que é um pária? É o título que nomeia o segundo ensaio do livro. “Uma coisa é certa: diz-se pária com várias vozes, de várias maneiras.”, observa Varikas (2014, p.100). Sob um irreduzível plural, são todos aqueles, movimentos ou indivíduos, que estão à margem da sociedade, excluídos da história: mulheres, negros, indígenas, judeus, dissidentes sexuais, estrangeiros, aborígenes, súditos coloniais, trabalhadores imigrantes etc. De fato, a lista é enorme e tudo indica que não cessou de crescer nos dois últimos séculos. Porém, enumerar à exaustão e descrever as especificidades

dos grupos estigmatizados não parece ser o objetivo da autora. Na realidade, a intenção é captar o “[...] processo de estigmatização propriamente dito, do problema da diferença – ou da diferença como problema – para o da diferenciação hierárquica [...]” (VARIKAS, 2014, p.70). Em vez de partir de um *a priori* cognitivo ou, ainda, realizar uma incursão semelhante a uma diligência tautológica, a tentativa da autora é “[...] explorar as estruturas de sensibilidade, percepções do social e subjetividades em sua transformação e interação [...]” (VARIKAS, 2014, p.73), por meio do sentido metafórico que a palavra carrega e se define (metaforizar bem é ver o semelhante apesar da diferença, afirma Varikas). Nesse sentido, o sociólogo Max Weber² responderia a esse intuito, já que ele trabalha com a hipótese de que existiria uma situação estrutural dentro/fora dos grupos e indivíduos párias. *Id est*, as práticas de exclusão e as relações de poder que constituem a condição social objetiva da figura do pária, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma comunidade, são colocadas ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade. Paradoxalmente, mesmo sendo legalmente incluso na sociedade, ele não se beneficia dos privilégios da igualdade dos direitos. É o que o sociólogo alemão nomeia de barreiras invisíveis na vida social moderna.

Isso remete, segundo a autora, à construção da diferença na figura do pária que está aprisionado na definição do grupo ao qual está ligado. Independentemente de suas qualidades as atitudes dos párias jamais serão vistas como um ato individual concreto, mas sim como um traço característico, como um gesto de um determinado grupo (de uma raça, de um gênero, de uma nação etc.). O pária está condenado como um membro de uma categoria à parte da qual “[...] a única coisa que ele não pode (mais) ser é pura e simplesmente ser humano.” (VARIKAS, 2014, p.88). Uma diferença da impotência que não deixa o indivíduo aceder à liberdade subjetiva e exteriorizar suas diferenças, tal qual afirmava Hegel. São, pelo menos, duas as consequências da construção da diferença como pureza/impureza: 1) ela torna-se inexoravelmente constitutiva da subjetividade pária, como valorização e/ou como desprezo e 2) uma mescla *sui generis* de visibilidade/invisibilidade. Por esse motivo, torna-se necessário dar nome para cada opressão e desmascarar – como fizeram Flora Tristan e Hannah Arendt – “em qual de suas identidades a humanidade comum é insultada” (VARIKAS, 2014, p.89).

O último item desse ensaio merece uma especial observação. Varikas estabelece uma hipótese instigante: a figura do pária como crítica da modernidade. Ora, justamente por sua posição social não poderia ser o pária que denunciaria as catástrofes das sociedades modernas baseadas no princípio iluminista da

² “Max Weber, o primeiro a fazer da metáfora do pária um conceito científico, define o povo pária como um grupo hereditário, privado de organização autônoma, caracterizado, por um lado, pela proibição originalmente mágica e ritual da exogamia e da comensalidade e, por outro lado, pelos **privilégios negativos** associados a um papel econômico peculiar de grande alcance.” (VARIKAS, 2014, p.76).

igualdade, fraternidade e liberdade? Com um tom polêmico, a autora afirma que a modernidade, na verdade, não passa de um **mito**, já que não conseguiu romper com as desigualdades e as formas hierárquicas de outrora. Na realidade, com muito menos luzes do que supostamente tem, “a modernidade e o progresso coincidiram com a colonização e a escravidão” (VARIKAS, 2014, p.92). Vacinada contra a cegueira teórica e política que toma o progresso como locomotiva da história, Varikas retoma, baseando-se no trabalho de Aditya Nigame e de outros estudiosos, a interpretação segundo a qual a continuação das castas na Índia não é expressão do vestígio pré-moderno, mas do universalismo da modernidade que se enraizou do país. É o moderno que se alimenta do atraso.

Os paradoxos do progresso e as modernidades deslocadas do triunfo europeu participariam, segundo a autora, de um capítulo trágico na história da América Latina. Às custas do **ocultamento** do outro, nos termos do filósofo Enrique Dussel (1993), a chegada dos europeus construiu um discurso oficial de valores invertidos: a conquista **invadiu**, o descobrimento **encobriu**, a civilização **brutalizou** os povos autóctones. É pelo **verdadeiro nome de cada coisa** que a autora se posiciona diante desse episódio marcante na história da humanidade – uma das passagens, vale dizer, mais brilhantes do livro:

A **descoberta** do Novo Mundo, sobre o qual os conquistadores europeus reivindicaram um *ius inventionis*, foi, ao mesmo tempo, uma auto-invenção da Europa como o mundo. Concebida sobre o modelo da universalidade cristã e como uma extensão secularista da vocação católica da fé cristã, a definição moderna da humanidade como sujeito de fonte positiva de direitos universais nasceu, ao mesmo tempo, como um projeto de criação de um espaço internacional de direito e como uma legitimação temporal da conquista. (VARIKAS, 2014, p.96-97).

As assim chamadas democracias formais contemporâneas e os signatários dos direitos humanos têm levado práticas contraditórias com o fundamento humanista que invocam e frequentemente desenvolvem ataques contra a diversidade e a pluralidade humana. A proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão, no final do século XVIII durante a Revolução Francesa, tornou-se no decurso do tempo um discurso tão vazio que já não seduz a maior parte da população do planeta. Mas, afinal, qual seria a ligação entre a figura do pária e a legitimação universalista da Declaração dos Direitos do Homem? Por vias paradoxais, é claro. Não por acaso, “[...] a história dessa palavra [pária] é a história do distanciamento característico entre princípios universalistas e práticas efetivas [...]” (VARIKAS, 2014, p.98). Em outras palavras, é justamente a bandeira do princípio universalista do indivíduo como sujeitos de direito que originaria os

párias modernos, como parte integrante da formação de uma herança política e cultural moderna. A **emancipação** das Luzes traria um elemento obscuro, uma secreta ambiguidade: **a da igualdade sob forma de privilégio**, como afirmou Hannah Arendt, e não como lei geral que deveria ser aplicada a todos. Desse modo, o desenvolvimento da história da figura do pária moderno liga-se a uma história do fracasso das promessas da modernidade.

Nessa perspectiva, “[...] a metáfora do pária expõe à luz do dia a contradição constante entre as promessas emancipadoras e a dinâmica histórica do processo de emancipação [...]” (VARIKAS, 2014, p.100). Desse modo, durante a modernidade, as práticas e os sistemas de valores de categorização hierárquica e dominação tornaram-se fontes de legitimação política, não pelo poder (anacrônico) da Igreja, como era durante a Idade Média, mas pela verdade científica e incontestável das ciências sociais e biológicas do século XIX. Um dos exemplos adotados pela autora é como a noção aristocrática da herança, por exemplo, será reformulada no século XIX em termos compatíveis com o universalismo. Entre paradoxos e ironias, contudo, foi diretamente essa mudança de percepções tradicionais, esse horizonte político-filosófico de seu tempo (o iluminismo) que abriu a possibilidade histórica dos párias pensarem sua condição como situação social em que é a força que decide, como afirmava Marx.

No último capítulo – possivelmente o mais interessante do livro –, a autora propõe uma conceitualização de uma moral propriamente pária. Isto é, inspirada nas observações de Nietzsche (transmutação radical dos valores dominantes) e de Max Weber (povos párias), Varikas procura integrar toda riqueza da subjetividade sociocultural e esclarecer alguns aspectos do processo ideológico que marcam a consciência pária, relacionando-a com o aspecto messiânico, redentor, milenar, em suma, a religião como salvação. Assim, mesmo sendo submetido a todos os imperativos de exclusão, do simbólico ao social, do econômico ao político, o fato é que os povos párias conseguiriam alçar voo na inversão das hierarquias dominantes através da chama incandescente da crença em sua dignidade e sua altivez. Dignidade e altivez que, segundo a autora, estariam assentadas numa **profissão de fé**, numa promessa, numa função, numa vocação redentora que traria a **salvação** para o conjunto da humanidade. Em vez da legitimação da ordem existente, portanto, a religião em vários povos párias poderia cumprir um papel crítico, um dispositivo contestatório da ordem estabelecida. Constituídos como grupo social antagonista, “[...] os párias são chamados/as a cumprir essa missão providencial por causa daquilo que os diferencia de seus opressores [...]” (VARIKAS, 2014, p.139). Malgrado o desprezo e a coação histórica a que foram submetidos, a invocação à **ação** – como os últimos serão os primeiros, que pertence à herança judaico-cristã – pode ser vista não apenas como afirmação de uma responsabilidade ética, mas também como reparação

histórica dos males sofridos. A história da gênese e do desenvolvimento da figura do pária também pode ser a história de uma resistência.

Parece impossível, nesse caso, não mencionar a emergência da Teologia da Libertação na América Latina, expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960 e que foi capaz de uma solidariedade ativa com os movimentos populares – aliás, uma curiosa ausência no livro de Varikas. Por exemplo, os indígenas do Sul do México do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e os camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil. Síntese que supera a oposição clássica entre tradição e modernidade³, a Teologia da Libertação seria expressão daquilo que a autora designa como articulação entre inversão hierárquica dos valores dominantes (adota valores modernos da Revolução Francesa, aponta as limitações à liberdade de expressão no interior da própria Igreja, reflete sobre a questão da opressão específica contra as mulheres) e o desenvolvimento das escatologias messiânicas religiosas (que contribuíram para criação e o desenvolvimento dos movimentos sociais).

Publicado na França em 2007 pela editora Stock, o trabalho agora pode ser encontrado numa cuidadosa edição brasileira. Trata-se de uma oportunidade ímpar de estimular novos estudos sociológicos e interdisciplinares em diálogo com um novo prisma teórico que ilumina as relações entre passado, presente e futuro dos setores renegados. Ademais, o livro prima pela riqueza de detalhes, pelo cuidadoso trabalho bibliográfico, pelo refinamento dos argumentos construídos, pela prosa nervosa e cortante, dotada de um estilo narrativo que envolve o leitor de maneira surpreendente no coração do texto, mas também pela postura de relutância a qualquer fanatismo doutrinário. Desse modo, não resta dúvida que estamos diante de um livro fascinante que não apenas serve fonte de inspiração para a imaginação sociológica, política e histórica, mas também pelo compromisso da aposta em um forte impulso ético: no princípio da esperança e da resistência contra qualquer forma de exploração, opressão e exclusão.

³ Para uma análise sobre a teologia da libertação como crítica da modernidade, confira Löwy (2000), especialmente o segundo capítulo.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Recebido em 26/02/2015.

Aprovado em 05/06/2015.

